



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIII
COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JANIO GONZAGA DA SILVA

**CONTABILIDADE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL-BA.**

Itaberaba-BA
Fevereiro
2018

JANIO GONZAGA DA SILVA

**CONTABILIDADE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL-BA.**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para avaliação da disciplina de Orientação de TCC do curso de graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Educação/Campus XIII, ministrado pelo Professor Esp Kléber Ávila Ribeiro.

Itaberaba-BA
Fevereiro, 2018

CONTABILIDADE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL-BA.

RESUMO

O presente estudo propõe-se a compreender a importância do Programa Bolsa Família no município de Lagoa Real e sua contribuição para geração e distribuição de renda, com o intuito de ampliar os conhecimentos científicos, com ênfase na contabilidade social e seus meios, já que esta proporciona a análise dos impactos sobre a circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com autores, tais como Aranha (1993), Duarte (2008), Mendonça (2008), Mourão (2008), Paulani (2007), Ramos (2017), Rosa (2006), Rossetti (1995), Schimidt (1998), Souza (2010), Zimmermann (2004), Zylberberg (2008). Posteriormente, realizou-se uma entrevista com a assistente social do referido município e aplicou-se um questionário semiestruturado a 10% das famílias beneficiadas, com o intuito de obter informações sobre o funcionamento e impactos do Programa para Lagoa Real. Justifica-se a realização deste estudo abrangendo o tema sobre o Programa Bolsa Família aliado à Contabilidade Social como ferramenta de mensuração, considerando as hipóteses de que o Programa diminui a carência econômica das famílias em situação de pobreza, atendendo as necessidades básicas. Deste modo, foi possível analisar que o Programa é de extrema importância para o município, auxiliando não só no crescimento da economia local, mas também no desenvolvimento da mesma, visto que 90,7% das famílias pobres do município recebem o benefício.

Palavras-chave: Bolsa Família. Contabilidade Social. Lagoa Real.

ABSTRACT

The purpose of this study is to understand the functioning of the family bag Program in the municipality of Lagoa Real and its importance for income generation and distribution, with the aim of expanding scientific knowledge, with emphasis on social accounting and its resources, since this provides the analysis of the impacts on the circulation of wealth between the entity and society. For this, a bibliographic research was done with authors, such as Aranha (1993), Duarte (2008), Mendonça (2008), Mourão (2008), Paulani (2007), Ramos (2017), Rosa (2006), Rossetti (1995), Schimidt (1998), Souza (2010), Zimmermann (2004), Zylberberg (2008),). Subsequently, an interview was conducted with the social worker of the mentioned municipality, with the purpose of obtaining information about the operation and impacts of the Program for Lagoa Real. It is justified to carry out this study, covering the theme of the Family bag Program combined with Social Accounting as a measurement tool, considering the hypotheses that the Program reduces the economic shortage of families living in poverty, meeting basic needs. In this way, it was possible to analyze that the Program is extremely important for the municipality, helping not only the growth of the local economy, but also the development of the same, since 90.7% of poor families in the municipality receive the benefit.

Key words: family bag, Social Accounting. Lagoa Real.

1. INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, mais precisamente ao longo das últimas décadas, tem sido alvo de grande atenção por parte da sociedade, principalmente no que se refere aos programas de transferência de renda, sobretudo, pelo fato de que ao longo dos anos várias medidas vêm sendo implementadas com intuito de combater a pobreza no Brasil,

com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF), que se enquadra como um importante gasto social do governo, direcionando segundo o Ministério do Desenvolvimento Social cerca de R\$ 27,7 bilhões anualmente.

As discussões em torno deste assunto permeiam não apenas ao que se refere à fiscalização do aumento de gastos do Estado, mas também da importância dessas transferências sociais para a redução da pobreza e das disparidades no país. Vale ressaltar que a questão da desigualdade de renda é considerada de enorme relevância global, sendo destaque nas discussões de órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste contexto, é importante que se analise a capacidade do PBF para a alteração da estrutura econômica, percebendo em que esta afeta na distribuição de renda. Zylberberg (2008) considera que o PBF fundamenta-se na premissa constitucional de que a descentralização promove a universalização dos serviços sociais, do mesmo modo que induz à necessidade de uma complexa articulação entre cada esfera de governo.

Para tanto, este artigo pauta-se em um molde abalizado na Contabilidade Social, pois proporciona estimativas quanto à geração e distribuição de renda, de forma a observar seu impacto sobre a economia, ou seja, busca a veracidade sobre a circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade.

Neste contexto, torna-se de fundamental relevância recorrer a Contabilidade Social para tratar sobre a geração e distribuição de renda suscitado pelo PBF uma vez que possibilita a análise da estimativa das transações econômicas recomendadas dentro da economia nacional.

Diante do exposto, considerando a importância do Programa Bolsa Família para o crescimento e desenvolvimento do país, surgiu a necessidade de se pesquisar quais os impactos causados na geração e distribuição de renda do município de Lagoa Real. Tendo em vista que 1.972 famílias são inscritas no Cadastro único, foi realizada uma entrevista com a secretária de assistência social e aplicado um questionário semiestruturado a 10% das famílias beneficiadas do município.

Nessa perspectiva, procurou-se analisar de forma comprometida o problema abordado, buscando possíveis desdobramentos que o tema proporciona investigar, pois entender como o Programa Bolsa Família e a contabilidade social se interpenetram é de fundamental relevância, uma vez que tem um contributo de suma importância para a

sociedade, principalmente para o município em estudo, de modo a ser um tema essencial para ser estudado e explorado.

Tal pesquisa se torna assim de relevância social e acadêmica uma vez que realizará um estudo inédito que contribuirá para o município analisado, pois ele terá a oportunidade de receber informações importantes para fazer, se preciso, mudanças que melhorem o funcionamento do PBF em Lagoa Real.

2. METODOLOGIA

Para elaboração do presente trabalho utilizou-se como objeto de estudo as famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família do município baiano de Lagoa Real. A população estudada foi de 1.972 famílias que constituem o quadro de inscritos no cadastro único e o universo amostral para pesquisa foi de 10% da população atendida pelo benefício (158 famílias).

Para o embasamento teórico desta pesquisa foram usados autores como Aranha (1993), Duarte (2008), Mendonça (2008), Mourão (2008), Paulani (2007), Ramos (2017), Rosa (2006), Rossetti (1995), Schimidt (1998), Souza (2010), Zimmermann (2004), Zylberberg (2008), que fazem diversas contribuições sobre a importância do Programa Bolsa Família para a crescimento e desenvolvimento do país, bem como, o uso da Contabilidade Social para analisar e discutir sobre o tema.

Para tanto, foi utilizado o método dialético que se configura como a arte do diálogo, sendo uma forma de pensar a realidade em constante mudança por meio de termos contrários que dão origem a um terceiro, que os conciliam. Sobre isso, autores como Mendonça, Rocha e Nunes (2008) defendem que o método dialético concebe os fenômenos a partir de uma linha histórica dotada de materialidades e contradições, resultando a tese que concebe o conhecimento como um movimento que se dá no marco da luta de classes.

Este trabalho ainda tem como natureza a pesquisa básica, objetivando gerar conhecimentos novos, sem aplicação prática prevista. Além disso, será uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, pois se caracteriza pela análise subjetiva, abrindo espaço à interpretação quanto aos dados estatísticos.

A pesquisa qualitativa segundo Maanen (1979) objetiva expressar o sentido dos fenômenos sociais, através de interpretações e decodificações de um sistema complexo de significados. É um método indutivo para entender por que o indivíduo age como age,

pensa como pensa, pois, respostas em profundidade são geradas apenas pela abordagem qualitativa.

A quantitativa revela que se pode traduzir em números o que será analisado, usando recursos e técnicas estatísticas, caracterizado pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Desse modo, Duarte et al (2008) diz que a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, sendo aplicado em estudos descritivos, que busca descobrir e classificar a relação entre variáveis, investigando os fenômenos.

Quanto aos procedimentos técnicos esta pesquisa é de cunho bibliográfico e utiliza como instrumento de coleta de dados a entrevista e questionário. Sendo o primeiro um estudo a partir de materiais já elaborados, como artigos, livros, revistas, entre outros, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, permitindo ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

A entrevista é um método de obtenção de dados vastamente usado, sendo flexível e rápido para obter informações, utilizada ainda em pessoas não alfabetizadas e produz conhecimentos mais precisos. É vantajosa também no sentido de possibilitar a captura da expressão corporal e tom de voz da pessoa entrevistada, facilita o relato de acontecimentos, exemplos e experiências, bem como possibilita a análise de conteúdo sistemática, destinada a testar as hipóteses de trabalho. Rosa; Arnoldo (2006) p. 81, considera:

Todo pesquisador/entrevistador, antes da iniciação no árduo trabalho de coleta de dados por intermédio da entrevista, deve questionar-se sobre os seus conhecimentos científicos, seu pleno saber sobre o tema em estudo, suas habilidades emocionais e físicas como entrevistador, sua capacidade de arguição e intervenção, e sua prontidão no preparo de questões imprevisíveis e no momento adequado.

Já o questionário é um conjunto de questões semiestruturas aplicado a uma quantidade significativa de pessoas, afim de desvelar suas visões a cerca de um determinado tema. De acordo com Gil (1999, p. 28) ” A técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Programa Bolsa Família

É sabido que a pobreza no mundo tem sofrido um acentuado crescimento, de modo que o Brasil apresenta-se como um país com muitas riquezas, porém, com um nível de desigualdade alarmante.

As discussões sobre a situação financeira de uma grande parcela da população que vive sem acesso ao básico começaram a ser formuladas por pensadores liberais no século XVIII. Mas as experiências com programas de garantia de renda mínima (PGRM) surgem nos países desenvolvidos, no século XX, à medida que vai se consolidando o chamado Estado de Bem-Estar-Social, sendo seu objetivo criar uma rede de proteção social para as populações mais pobres, através de uma transferência de renda complementar. Por sua vez no Brasil, essas iniciativas começaram a ser pensadas apenas no final do século XX. Para Souza (2010, p. 4):

O uso de transferências de renda como instrumento de política governamental de combate à pobreza no Brasil encontra forte escopo não apenas devido à publicação de estudos relacionando os programas de transferência de renda à redução da pobreza e da desigualdade no país, mas também aos efeitos gerados pelos incentivos econômicos presentes nestes programas em outros campos de políticas públicas além da assistência social.

Nesse sentido, nas últimas décadas, inúmeras são as inquietações sobre prover assistência as famílias carentes, principalmente a partir dos anos 80, em que esta acontecia de forma tímida, através da distribuição de sextas básicas. No entanto, esse modo de assistir as famílias pobres era sensível à corrupção, sendo alvo de desvio de dinheiro e de mercadoria.

Em 1986, o então professor da UNB, Cristovam Buarque, propôs a criação do Bolsa Escola que viria a servir como subsídio para que posteriormente surgisse o Bolsa Família. O que pode ser considerado o marco em busca de melhorias para as famílias carentes foi, em 1991, a aprovação do projeto de lei nº 80 pelo Senado. Tal projeto propôs as transferências governamentais às famílias, de forma a garantir uma renda mínima.

No ano de 1995 foi assinado o decreto e os primeiros benefícios começaram a serem pagos, entretanto, a princípio o Bolsa Escola só foi implantada em Campinas e Brasília, sendo implementada apenas no ano de 2001 pelo governo federal. No ano seguinte já havia uma multiplicidade de programas sociais, entre eles o Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, beneficiando cerca de cinco milhões de famílias. Assim, o PBF surgiu para unificar e ampliar todos esses programas sociais,

centralizando sua administração no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, facilitando sua eficiência administrativa e fiscal.

É válido ressaltar que apesar da unificação dos benefícios pelo programa Bolsa Família, no início não havia ainda uma infraestrutura adequada e nem condições para fiscalizar o programa, acarretando uma série de críticas, principalmente de Cristovam Buarque que foi um dos idealizadores a pensar no programa Bolsa Escola.

Entretanto, o Bolsa Família é o mais importante e conhecido programa nacional de transferência de renda direta do país e a seleção das famílias é efetivada de acordo as informações apontadas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como escopo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Pautando-se nesses elementos, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que receberão o benefício.

Assim, no âmbito do Cadastro Único para Programas Sociais, delimitou-se o público alvo acentuando as divisões das linhas existentes de pobreza, sendo contempladas as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, isto é, que vivem com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa. A pobreza é uma situação social e econômica assinalada por uma carência marcada na satisfação das necessidades básicas, já o Banco Mundial define extrema pobreza quem vive com menos de 1 dólar dos Estados Unidos por dia. Neste contexto, ao longo dos anos o PBF vem passando por diversas adaptações, onde o número de famílias foi modificando-se apresentando oscilações de um ano para o outro, em que até 2014 havia um crescimento gradativo de beneficiados, já nos anos seguintes houve uma queda, como mostra a quadro abaixo.

ANO	FAMILIAS BENEFICIADAS
2010	12.582.844
2011	12.952.039
2012	13.524.123
2013	13.733.543
2014	14.204.279
2015	13.827.369
2016	13.905.030
2017	12.740.640

QUADRO 1- Numero de beneficiados pelo Programa Bolsa Família nos ultimo anos
 FONTE: O autor, 2018.

Deste modo, de acordo com o MDS (2011), o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que favorecem famílias em condição de pobreza e de extrema pobreza, possibilitando o acesso a dignidade e a cidadania, através da ascensão aos direitos básicos.

Portanto, o Programa foi criado com a finalidade de erradicar a fome, visando combater a pobreza e com isso a desigualdade social. Assim, o benefício foi pensado como um meio e não como fim, já que a transferência de renda foi articulada como o princípio de um método de emancipação das famílias.

3.2. Contabilidade Social

A contabilidade desde tempos remotos vem sofrendo influência da realidade social e histórica, registrando-se desde o começo do século XX inquietações a respeito da responsabilidade social por parte de todas as instâncias de uma sociedade. Sobretudo, esse fato ganha notoriedade no final do século. Schmidt (1998, p. 20), considera que “embora os fenômenos contábeis não se confundam com os sociais, o fator social é preponderante”.

Assim, a contabilidade social cumpre um papel importante na sociedade, tendo em vista sua participação como um todo na mesma, sendo responsável por proporcionar estimativas quanto à geração e distribuição de renda, distinguindo as diferenças entre o crescimento e desenvolvimento da economia, configurando-se como uma síntese contábil dos fatos que caracterizam a atividade econômica de um país. Assim, a Contabilidade Social busca impactos sobre a circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade, ou seja, a procura pelas causas e efeitos.

Contabilidade Social como a técnica similar às dos sistemas convencionais de contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidades monetárias, sobre vários tipos de transações econômicas que se verificaram, em determinado período de tempo, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país (ROSSETTI (1995, p. 65).

A Contabilidade social caracteriza-se por abranger a definição de adjacentes conexos de Contas Nacionais com aprimoramentos qualitativos, sendo responsável pelas inúmeras classes de ligações econômicas que verificam-se entre os distintos âmbitos que compõe o conjunto da economia nacional. Assim sendo, o objetivo da Contabilidade Social é a análise da estimativa das transações econômicas advertidas dentro da economia nacional e de todo o mundo.

Paulani (2007) salienta que a contabilidade social possui um conjunto de instrumentos que possibilita medir o movimento da economia de um país por um determinado período, avaliando quanto se produziu, consumiu, investiu, vendeu e comprou. Buscando entender determinadas relações econômicas para que os governantes possam ter uma ideia sobre o que ocorre dentro do país e com isso intervir de forma eficaz.

De tal modo, percebe-se que existe uma interligação entre governo, empresas e unidades familiares, no qual estes três setores encontram-se estreitamente ligados à qualidade de vida da sociedade, uma vez que a renda produzida no país se não distribuída igualmente gerará uma qualidade de vida aquém desejada, consequentemente impedindo o desenvolvimento do país e da economia.

Assim, a Contabilidade Social trata da mensuração da atividade econômica e social em seus múltiplos aspectos. As economias atuais são compostas de diferentes seguimentos que se inter-relacionam por meio das mercadorias e serviços que atendem as necessidades sociais de uma dada população, onde por meio de esquemas a Contabilidade social segue alguns requisitos:

Portanto, para a construção de esquemas de Contabilidade Social, necessita-se, a priori, da existência dos seguintes requisitos: a) um método de registro; b) um método de mensuração dos atos econômicos; c) um sistema conceitual teoricamente referenciado, que possibilite a criação de um método universalmente aceito, para a identificação e classificação dos atos econômicos; d) método de classificação de entidades.

A distribuição de renda de um país pode ser ponderada ainda a partir de um indicador denominado índice de Gini¹, que varia de 0 a 1, quanto mais próximo da unidade pior é a concentração de renda. No Brasil fica em torno de 0,6 indicando uma enorme desigualdade, mesmo se tratando de um país riquíssimo em recursos naturais, que ocupa a décima primeira posição na economia mundial.

Deste modo, a Contabilidade Social perpassa a pretensão de apenas obter dados e medir implicações no processo monetário, uma vez que surge como uma necessidade da empresa para auxiliar na tomada de decisões indispensáveis à gestão social, visando a boa relação entre entidade e sociedade.

Neste contexto, é imprescindível que se tenha uma gestão participativa e comprometida. Para Iudícibus (1995, p.21), “o objetivo básico da contabilidade resume-se

¹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado Grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda.

no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”. Portanto, o objetivo principal da Contabilidade Social é o provimento de informações econômicas que auxilie na tomada de decisões coerentes.

Nesta perspectiva, objetiva-se através da Contabilidade Social impingir o valor que suas iniciativas representam na sociedade, sendo uma fundamental ferramenta que tem como ponto de vista a conduta e as consequências dos desempenhos e atos das empresas. De modo geral, pode-se dizer que esta participa da sociedade em todas as instâncias, proporcionando informações sobre a geração e distribuição de renda, ponderando sobre as discrepâncias de crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

3.3. Conhecendo o território e sua relação com o Programa Bolsa Família

Quanto aos aspectos geográficos. Fundado em 1989, o município baiano de Lagoa Real encontra-se localizado na região Sudoeste do Estado, distante cerca de 731 km de Salvador, pertencente à Mesorregião Centro-Sul Baiano e à Microrregião de Guanambi. O município ocupa uma área geográfica de 996,3 km² tendo a totalidade de seu território situada no semiárido, possui uma população de 13.934 habitantes, dos quais 11.126 residem na zona rural e uma densidade demográfica de 15,88 hab/km² (IBGE, 2010).

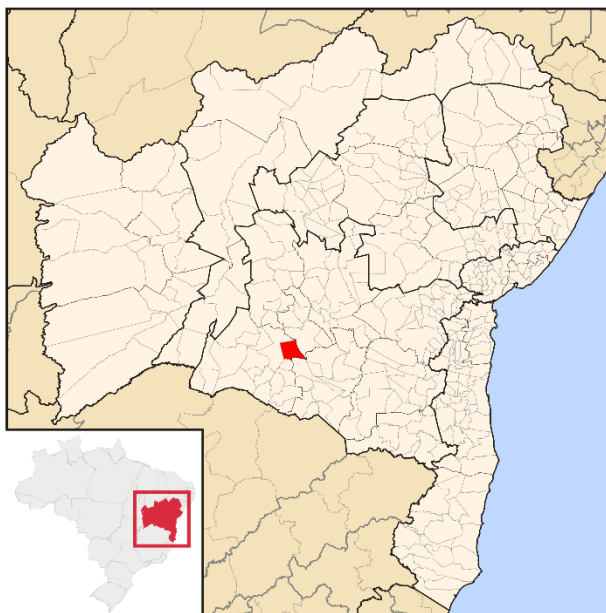


FIGURA 1- Mapa da localização de Lagoa Real na Bahia.
FONTE: commons wikimedia, 2006.

Em termos econômicos, o município ocupa a 10^a. posição em sua microrregião, possui um PIB a preços correntes de R\$ 83.195.960,00 e um PIB per capita de R\$

5.265,63. A principal atividade econômica lagoa-realense provém do setor de serviços, cujo faturamento anual gira em torno de R\$ 20.210.050,00, em seguida vem a agropecuária com R\$ 10.028.360,00 e a indústria com R\$ 4.279.210,00. O município apresenta um IDH de 0,605 (IBGE, 2015).



FIGURA 2- Foto da entrada da cidade de Lagoa Real.
FONTE: Verde vale, 2017.

Lagoa Real apresenta características típica de cidade do interior, conta com poucos meios de sobrevivências, pautando sua economia em pequenos comércios locais e a prefeitura. Neste sentido, configura-se como um ambiente propicio a explorar a influência do governo para o crescimento e desenvolvimento da economia, principalmente ao que tange a distribuição de renda através dos programas assistencialistas, que por vezes torna-se uma das principais fontes de renda em uma cidade pequena.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

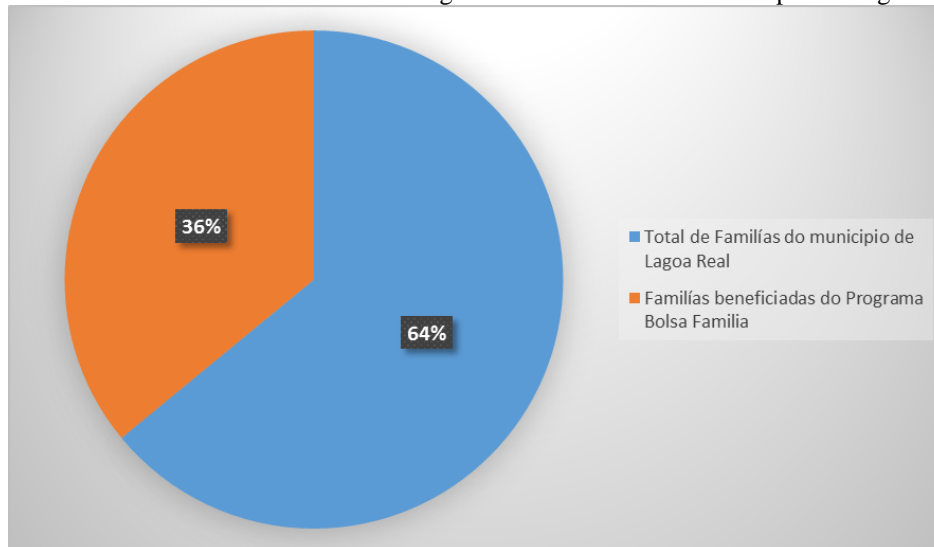
4.1 Programa Bolsa Família no Município de Lagoa Real-BA.

Sabendo da importância de entender o papel dos programas assistencialistas existente na sociedade brasileira, e identificar a geração e distribuição de renda de Lagoa Real, bem como seu crescimento e desenvolvimento econômico, foi realizada uma entrevista com a secretária de assistência social do referido município, na pessoa de Sr. Iracy Alves dos Santos Duca, que forneceu dados relevantes para a referida pesquisa.

A entrevista iniciou-se com a indagação a respeito do número de famílias beneficiadas pelo governo, em que a secretária salientou “É um número grande se

pensarmos no número de habitantes, pois são 1.972 famílias inscritas no Cadastro único”. (Iracy Alves dos Santos Duca, março de 2017).

GRAFICO 1- Famílias beneficiadas do Programa Bolsa Familia no município de Lagoa Real.



FONTE: Pesquisa de campo; elaboração o proprio autor, 2017.

Sem dúvidas é um dado alarmante visto que são muitas famílias que vivem na pobreza, ou seja, em situação social e econômica caracterizada por uma deficiência na satisfação das necessidades básicas. Assim, trata-se de um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único. Logo deve-se perceber que apesar de uma cobertura de 90,7% da estimativa de famílias pobres do município, ainda existem famílias que não recebem o benefício, ou seja, que vivem em extrema miséria², reforçando o cenário de desigualdade que a muito tempo faz parte da sociedade brasileira.

Foi solicitado ainda esclarecimentos a respeito da real condição financeira dessas famílias beneficiadas, em que a secretária afirmou “dividimos em quatro grupos essas famílias, em que 943 com renda per capita familiar de até R\$77,00; 225 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00; 506 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo; 298 com renda per capita acima de meio salário mínimo”. (Iracy Alves dos Santos Duca, março de 2017).

Deste modo, percebe-se que é de fundamental importância essa transferência de renda para a sociedade, visto que dentro dessa cadeia que cerca as três mais importantes instâncias para o crescimento e desenvolvimento econômico, que são o comércio, o governo e a sociedade o benefício propicia o poder de compra e a

² O Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de 1 dólar dos Estados Unidos por dia (em paridade do poder de compra).

manutenção do sistema capitalista em que vivemos, onde os dados quantitativos apontam eficiência no combate à desigualdade social e o aumento não só no que tange o crescimento, mas ainda o desenvolvimento econômico.

A secretária ainda discorreu sobre a evolução do Programa no município “ Com o decorrer dos anos o município está conseguindo alcançar o objetivo de atender todas as famílias que necessitam do benefício e nós procuramos manter os cadastros em dia, o que garante que os recursos estão indo para as mãos certas, para os mais pobres. Sabemos que ainda não alcançamos o padrão de igualdade que queremos, mas nos aproximamos mais desse objetivo, o que é possível perceber até nos comércios da cidade, onde o poder de compra cresceu bastante, o povo pode se alimentar melhor” (Iracy Alves dos Santos Duca, março de 2017).

Nesta colocação é possível perceber que o PBF na visão da agente pública vem cumprindo seu papel com êxito já que segundo Zimmermann (2006) o Bolsa Família significa um apoio fundamental para proporcionar uma alimentação mínima as famílias mais pobres do país. Em Lagoa Real, esse auxílio as famílias carentes vem modificando o cenário do desenvolvimento econômico. Embora, é sabido que esses recursos não dão conta de mudar a realidade social por completo.

Pela ótica da contabilidade social, a transferência de renda não consegue de forma concreta acabar com a desigualdade e nem tão pouco em termos qualitativos propicia o desenvolvimento na mesma medida que o crescimento da economia, pois o mesmo combate os efeitos e não as causas da pobreza, tornando os beneficiados dependentes da assistência do governo, continuando sem oportunidade de emprego e consequentemente sem gerar renda.

É sabido que para Lagoa Real o Programa é fundamental, dentro das limitações de fontes de renda da cidade, mas não resolve como um todo para que a cidade se desenvolva economicamente, visto que essas famílias apesar de serem contabilizadas pelo governo como fora da linha de pobreza, ainda assim não terão poder aquisitivo suficiente para enriquecer uma sociedade.

A secretária proferiu que o gasto do governo para atender as famílias do município gira em torno de R\$ 338.660,00 por mês. O que levanta outro questionamento, pois é uma quantidade significativa que o governo poderia está articulando para que não fosse dado o dinheiro de forma direta, mas procurar condições para que essas famílias tivessem a oportunidade de progredir e com isso desenvolver igualmente o país, uma vez que os programas de transferência de renda em sua maioria

só indicam dados quantitativos para o governo, ou seja, a qualidade não é contemplada e o crescimento e desenvolvimento econômico e social de Lagoa Real, bem como, de todo o Brasil ficam comprometidos.

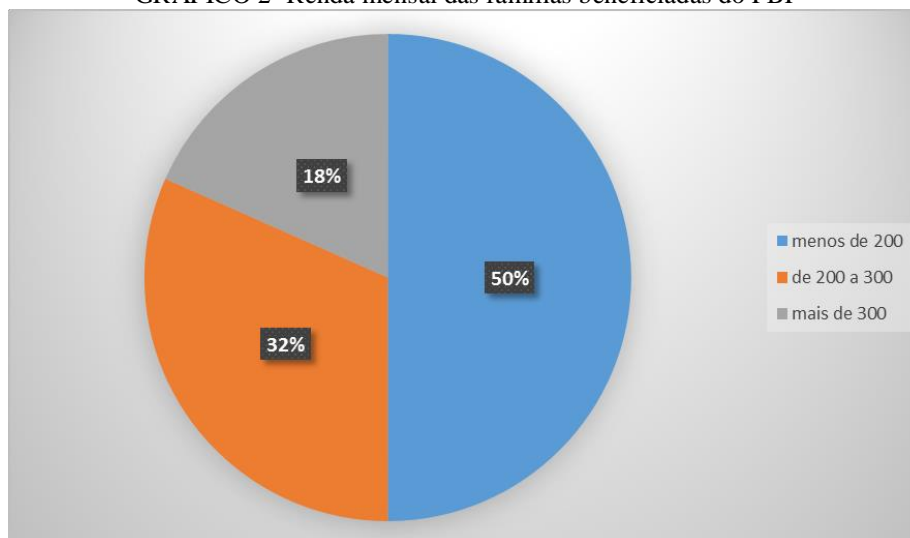
4.2 O Programa Bolsa Família pela ótica das famílias beneficiadas

As famílias atendidas pelo PBF em Lagoa Real, constitui uma importante parcela da população, visto que se trata de uma cidade pequena, onde a economia pauta-se no comércio local e nos empregos gerados pela prefeitura. Assim, através de um questionário semiestruturado buscou-se compreender a contribuição do Programa para a geração e distribuição de renda da cidade.

A princípio questionou-se qual a renda mensal das famílias que recebem o benefício, notando-se no gráfico 2 que metade declarou receber menos de 200 reais por mês, o que reafirma a declaração da secretária, que salientou que uma grande parcela das famílias atendidas sobrevive com renda mínima, o que dificulta a acessão social das mesmas, pois a assistência oferecida pelo PBF não supre todas as necessidades básicas.

Esta questão está estreitamente ligada ao desemprego, visto que 89% declarou não possuir emprego formal, ou seja, são dependentes do benefício. Esse ponto levanta um aspecto que vem sendo amplamente debatido e criticado sobre as políticas assistencialistas, em que estas dão conta apenas de combater os efeitos e não as causas da pobreza, principalmente, por que não existe um incentivo ao trabalho e empreendedorismo, mas ao ócio, fator esse que deve ser observado na Contabilidade Social quando analisado a redistribuição de renda no país e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento econômico.

GRAFICO 2- Renda mensal das famílias beneficiadas do PBF

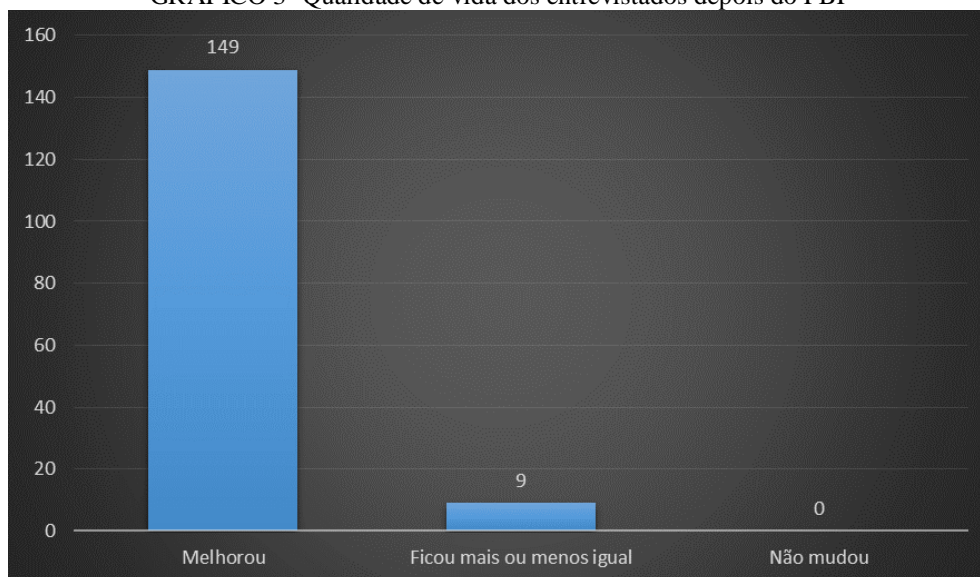


FONTE: Pesquisa de campo; elaboração o próprio autor, 2018.

Lagoa Real não desenvolveu o setor secundário, abalizando-se no setor terciário, o que dificulta a erradicação do desemprego, pois mesmo se tratando de uma cidade de pequeno porte, o número de desempregados excede muito a disponibilidade de postos de emprego. Somado a este fato, tem-se ainda a pouca escolaridade, já que 53% admitiram não ter chegado ao Ensino Médio, e 21% não serem alfabetizados, ou seja, mão de obra desqualificada no mercado.

Quando indagadas sobre a qualidade de vida depois de serem favorecidas pelo PBF, notou-se que quase unanimemente as famílias relataram mudança para melhor, o que indica o êxito do programa, revelando que mesmo que permaneça as disparidades sociais e que qualitativamente não haja um desenvolvimento econômico na mesma escala que o crescimento econômico, a população aumentou seu poder aquisitivo e conseguem mesmo que minimamente ter acesso ao básico para sobrevivência.

GRÁFICO 3- Qualidade de vida dos entrevistados depois do PBF



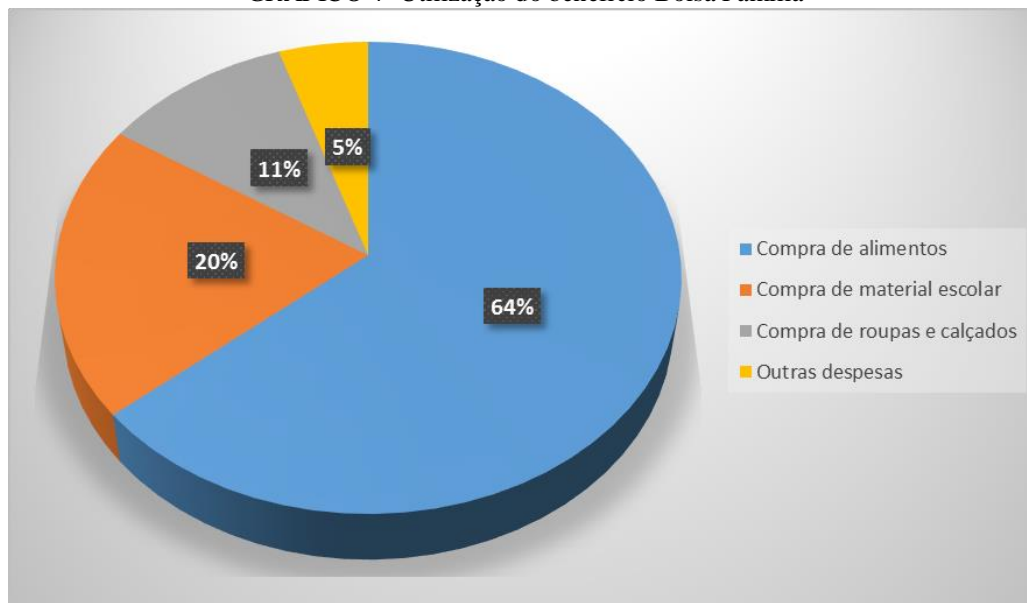
FONTE: Pesquisa de campo; elaboração o autor, 2018.

Notou-se também que o dinheiro do benefício é sobretudo voltado para a compra de alimentos, sendo a principal fonte de sobrevivência, o que significa que a população está valendo-se das políticas sociais, onde através de programas de transferência de renda busca-se em passos lentos diminuir a exclusão social.

Os 20% que declararam usar o dinheiro para compra de material escolar deve ser analisado como um dado positivo, indicando que o investimento na educação e a busca por qualificação vem aumentando, o que significa que a sociedade está caminhando para um futuro promissor, pois o acesso e permanência na escola tornou-se

uma realidade mais próxima, criando uma expectativa quanto o destino dos jovens e crianças atendidas pelo PBF.

GRAFICO 4- Utilização do benefício Bolsa Família



FONTE: Pesquisa de campo; elaboração o autor, 2018.

Assim, percebe-se que embora o PBF não soluciona as mazelas sociais do município de Lagoa Real, esta melhora a qualidade de vida e diminui as disparidades existentes, sobretudo, no combate a fome. Deste modo, ameniza a condição de carência das famílias inscritas no Cadastro Único.

Portanto, os programas de transferência de renda atuam como instrumento de política que desempenha resultados positivos sobre a concentração de renda. Embora, como analisado na Contabilidade Social que se preocupa com as estatísticas econômicas e a desproporcionalidade da distribuição de renda, percebe-se que o PBF por si só não contempla todos os aspectos que necessitam de reparo e a desigualdade ainda persiste, havendo ainda disparidade entre o desenvolvimento e crescimento econômico, pois embora o poder de compra tenha aumentado e a pobreza diminuído significativamente, a desigualdade social continua presente na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que acima foi destacado, percebe-se que entre a relação sociedade, governo e comércio existe questões pertinentes a serem avaliadas e questionadas, uma vez que a conjuntura social atual desperta para a necessidade de analisar não apenas em termos de crescimento, mas ainda de desenvolvimento da economia do país.

Assim, diante de tantas problemáticas acerca dos programas de transferência de renda, mais precisamente o Bolsa Família, percebe-se que o governo ainda não alcançou o desejado, e peca por vezes, ao trabalhar apenas com quantidade, pois enquanto a transferência de renda não igualar a sociedade de fato, ou ao menos, minimizar as disparidades existentes, a economia não se desenvolverá.

Especificamente em Lagoa Real, pode-se dizer que o Programa é sem dúvida fundamental, sendo um dos mais fortes meios de sobrevivência da região, em escala local contribui grandemente para o desenvolvimento econômico.

É inegável que o PBF vem promovendo melhorias para o município, suprindo as necessidades básicas da população mais carente, sobretudo, combatendo a fome e incentivando o ingresso e permanência do aluno na escola, causando perspectivas quanto a um futuro melhor.

Entretanto, as políticas de transferência de renda não podem ser vistas como suficientes para solucionar os problemas econômicos e sociais da população, já que seus efeitos são limitados e imediatistas, não promovendo o crescimento econômico de fato.

A questão do desemprego que ganhou visibilidade durante a pesquisa por revelar que a população lagoa-realense carece de iniciativas que promova a ampliação das vagas de emprego, deve ser vista como uma possibilidade de solucionar as mazelas sociais, pois através do trabalho acredita-se ser possível um crescimento da renda local e consequentemente do desenvolvimento econômico.

Enfim, existe muito ser feito e aprimorado ainda na intervenção do governo na tentativa de transferir renda para a sociedade, mas de fato não se pode ignorar os avanços dos últimos anos, de modo que não se findou com a pobreza, mas está amenizando por enquanto alguns problemas.

6. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1993.

DUARTE, P.C.; LAMOUNIER, W. M.; COLAUTO, R.D. **Modelos Econométricos para Dados em Painel:** Aspectos Teóricos e Exemplos de Aplicação à Pesquisa em Contabilidade e Finanças. In: LOPES, J.; RIBEIRO FILHO, J.F; PEDERNEIRAS, M. (eds.), Educação Contábil: Tópicos de Ensino e Pesquisa. São Paulo, Atlas, 2008, p. 256-274.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasília. Disponível em: < www.cidades.ibge.gov.br > . Acesso em: 08 de jan. 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia.** 2. ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1993.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MAANEN, Jonh, Van. **Reclaiming Qualitative methods for organizational research: a preface, in administrative Science Quarterly,** Vol.24, no. 4, December 1979.

MENDONÇA, Alzino F. de; ROCHA, Cláudia R. R.; NUNES, Helaine P. O Processo de Investigação Científica: aspectos teóricos e metodológicos. In: _____. **Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação.** Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008, p. 35-54.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - **Bolsa Família.** Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acessado em 08/05/ 2017.

Mourão, Francisco de Assis. **Contabilidade social.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

PAULANI, Leda Maria. **A nova contabilidade social: uma introdução a macroeconomia-** 3 ed. Revista e Atualizada- São Paulo: Saraiva, 2007.

RAMOS, Euélica Facundes; **Os Programas de Transferência de renda no Brasil e o Enfrentamento das Expressões da Questão Social.** Disponível em: Acesso em: 19 maio 2017.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade social.** São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

SCHMIDT, Paulo. A classificação da Contabilidade dentre os ramos do conhecimento humano. **Caderno de Estudos,** v. 10, n. 17, p. 09-22, jan. /abr., 1998.

SOUZA, L.d. **Transferência de renda: modalidades e finalidades.** Fonte: Sínteses e eventos, 2010. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/luisaazevedoTransferenciasderendanoBrasil.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro, 2018.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Combate à fome e o direito humano à alimentação no Brasil: O Programa Fome Zero do governo LULA.** Passo Fundo: Passografic, 2004.

ZYLBERBERG, Raphael Simas. **Transferência de renda, estrutura produtiva e desigualdade: uma análise inter-regional para o Brasil.** Dissertação (Mestrado) –

Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade,
São Paulo, 2008.

